

Corte de gastos ameaça vidas indígenas

Governo tirou R\$ 11 milhões dos R\$ 13 milhões que a Funai ainda teria este ano. Índios doentes ficaram sem tratamento

Lauro Rutkowski
Da equipe do Correio

Os índios já estão sentindo na carne os efeitos do decreto do governo federal que cortou o Orçamento da União deste ano e proibiu novos gastos até 31 de outubro. Desde 8 de setembro, quando o decreto eliminou R\$ 11 milhões das verbas da Fundação Nacional do Índio (Funai) e a ordem de não gastar foi dada, 320 mil indígenas estão sem remédios essenciais nos postos encravados na selva e sem transporte para tratamento médico nas cidades.

Isso acontece porque desde o início de setembro a Funai está proibida de gastar R\$ 11 milhões dos R\$ 13 milhões a que teria direito para comprar bens e contratar serviços. O problema é que todos os R\$ 13 milhões referem-se a pagamentos por bens já entregues e serviços prestados.

Sem este dinheiro para honrar compromissos, a fundação teve que dar calote em fornecedores e perdeu o crédito junto a distribuidoras de medicamentos e farmácias, empresas de aviação e postos de gasolina. Dos R\$ 11 milhões cortados, R\$ 3,5 milhões iriam para atendimento médico e transporte de doentes.

Resultado da falta de recursos: índios com tuberculose, malária, diabetes e outras doenças foram obrigados a suspender o tratamento. Aqueles que tinham que se deslocar de avião, barco ou automóvel para se submeter a sessões de hemodiálise ou cirurgias ficaram a pé.

O desespero está tomando conta dos administradores regionais da Funai. "Estamos no fundo do poço", contou o administrador regional de Manaus (AM), Benedito Rangel de Moraes, que tem sob sua jurisdição 43 postos indígenas e 91 mil índios espalhados pela selva amazônica.

Ele disse que ontem recebeu um telefonema em tons dramáticos do administrador do posto de Juruá, que não sabia o que fazer com oito índios acometidos de malária. "Eu lhe disse a verdade: não tínhamos o que fazer. Estamos sem dinheiro", lamentou.

Moraes contou que na semana passada uma índia de oito anos, com meningite, correu risco de vi-

da no meio da selva. A tragédia foi evitada graças a um funcionário da Funai, que deu sua palavra de que pagaria os R\$ 800,00 que o dono de um avião lhe pediu para fazer a viagem da reserva indígena até Manaus. "Estamos usando o nosso crédito pessoal, a nossa palavra, mas creio que vai morrer gente se o governo não reverter esta decisão a curto prazo", disse Moraes.

Na Casa do Índio — hospital-albergue que atende 120 pessoas por dia —, esparadrapo, mercúrio cromo, analgésicos e remédios para malária já acabaram. E a comida só dá para uma semana.

O administrador do escritório da Funai de Campo Grande (MS), Lísio Lili, está numa situação parecida. A Casa do Índio está lotada, com 50 índios, e os medicamentos básicos e a comida duram até a semana que vem.

"O governo tem que entender a peculiaridade das áreas indígenas. Sem dinheiro não temos como pagar os fornecedores. E sem crédito,

não fazemos nada", disse. Ele acrescentou que até o prédio da Casa do Índio é alugado (R\$ 1,5 mil por mês) e existe risco de despejo se o dinheiro do aluguel deste mês não vier.

Lili contou que os 42 funcionários sob

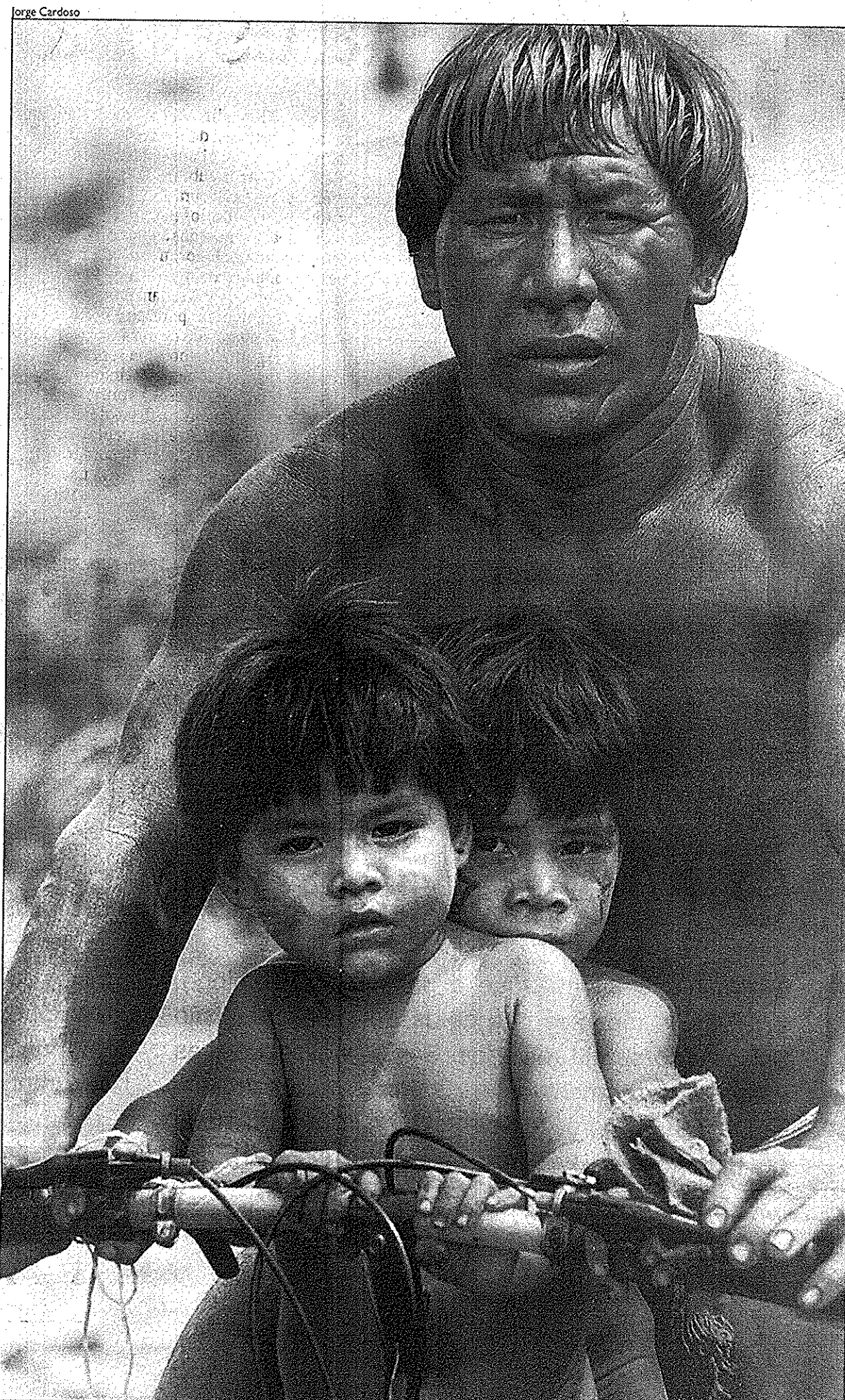
sua responsabilidade ficam horas conversando com donos de farmácias e de postos de gasolina tentando comprar fiado. "Se a comunidade não estivesse colaborando, estaríamos perdidos", admitiu. Segundo ele, as dez viaturas presentes nos dez postos espalhados pelo estado somente se deslocam com gasolina doada por particulares.

BRANCOS

Antropólogos da Funai acreditam que, ao se sentirem abandonados pela Funai, os indígenas poderão procurar madeireiros e garimpeiros para conseguir remédios, transporte e alimentos.

Outro risco é o de invasão de terras cultivadas por brancos, na qual buscariam a comida que lhes falta pela interrupção das atividades produtivas.

A Funai também fornece sementes e auxilia os indígenas em projetos de pecuária, mas os dois programas estão suspensos por falta de dinheiro (R\$ 3 milhões dos R\$ 11 milhões cortados seriam usados para estes programas).



Xavantes de bicicleta: sem dinheiro para combustível, a Funai não consegue levar índios para tratar nas cidades

O impacto nos cortes do orçamento da Funai era de conhecimento dos ministros responsáveis pelo decreto que proíbe gastos.

Em 16 de setembro, o presidente da Funai, Sullivan Silvestre, enviou carta ao ministro da Justiça, Renan Calheiros, avisando que o caos atingiria as áreas indígenas se os cortes fossem mantidos. Sullivan dizia que

seria obrigado a suspender todo o atendimento médico por falta de medicamentos e a proibir o transporte dos índios doentes em estado mais grave às cidades — geralmente feito em aviões fretados. Técnicos da Funai dizem que pelo menos 300 índios são transportados de avião todo mês para que possam ter suas vidas preservadas.

Em 17 de setembro, Calheiros repassou o alerta aos integrantes da comissão do governo encarregada dos cortes. Anteontem, o secretário executivo do Ministério da Justiça, Paulo Afonso de Oliveira, informou o presidente da Funai que, infelizmente, os cortes seriam mantidos por ordem da equipe econômica.

Só os invasores levam vantagem

A falta de recursos ameaça a operação de expulsão de garimpeiros do território ianomami em Roraima, a maior área indígena do país, com 9,5 milhões de hectares, nos quais vivem nove mil índios. A área é procurada pelo homem branco por ser das últimas do país em que há grande quantidade de ouro à flor da terra. O administrador do escritório regional da Funai em Boa Vista, Walter Bloss, conta que está acabando a comida nos 17 postos da fundação — que servem como base para os funcionários (geralmente dois por posto) que fazem rondas na floresta em busca de garimpeiros.

Ele também diz que o avião da Funai só é utilizado em último caso, já que a dívida acumulada com os fornecedores de combustível está na casa dos R\$ 45 mil. O avião é usado para sobrevôos na floresta em busca de pistas clandestinas e é o único meio de transporte capaz de ligar os 17 postos no estado com rapidez.

O aluguel de helicóptero — a outra alternativa de transporte rápido — também foi suspenso porque não há dinheiro em caixa para pagar um hora de voo (R\$ 1,4 mil). Até mesmo os seis automóveis da Funai estão parados, por falta de recursos para a compra de combustível. Os veículos só rodam para transportar doentes graves, com gasolina paga pelo Conselho Indígena de Roraima (uma organização não-governamental).

"Não temos como fiscalizar as áreas indígenas, não temos como transportar doentes e não temos como manter nossos funcionários nos postos. Quando essa notícia chegar aos garimpeiros, poderá haver outra invasão", lamentou Bloss.

Os homens brancos trazem doenças que para os índios são fatais, como a malária. Também oferecem bebidas alcoólicas em troca de trabalho nos garimpos e na extração ilegal de madeira.

O corte no orçamento atinge a operação de expulsão dos garimpeiros quase em seu final. Dos 40 mil que estavam na área há cinco anos, só restam 150.

O número caiu no último ano devido ao aumento da fiscalização e à destruição de pistas clandestinas. Sem aviões que os abasteçam, os garimpeiros são obrigados a se entregar para não morrer de fome.

A mortalidade infantil entre os ianomamis surpreende. Somente no ano passado, 46 bebês ianomamis morreram antes de completar um ano de idade — o que corresponde a um índice de 13%. A taxa de mortalidade no estado entre os não-índios, no mesmo período, foi de apenas 1,5%. (LR)